

situado no município de Canoinhas, no(a) matrícula do imóvel registrado em cartório, 42371, abrangendo 1,39ha (um ponto trinta e nove hectares), fora de área de preservação permanente, parcela(s) na(s) coordenada(s) UTM SIRGAS 2000 (Pt01 537766 | 7097443; Pt02 537765 | 7097443), Processo GAIA 21600202479819 podendo ser acompanhado seu estágio através do Processo SGP-e PMSC 00022257/2024.

Cod. Mat.: 987446

DESPACHO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO AMBIENTAL
Processo nº 21600.2015.34212 do AIA nº15785-A – HL SORGATTO LTDA – CNPJ: 11.XXX.XXX/XXXX-04
ATIVIDADE: Transportar produto de origem vegetal em toras (pinheiro brasileiro – espécie ameaçada de extinção), num total de 38 m³ (trinta e oito metros cúbicos), em desacordo com as licenças outorgadas pela autoridade competente e sem munir-se da via que deverá acompanhar o produto até o final beneficiamento.
DESPACHO: Considerando a decisão proferida pelo Consema, dando provimento parcial ao recurso interposto e assim possibilitando a redução da multa de R\$17.100,00 em 40%, mediante celebração de Termo de Compromisso para sua conversão em serviços de melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente nos termos do artigo 123 e seguintes da Portaria Conjunta IMA/CPMA 143/2019, estabeleço ao administrado o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data desta publicação, que apresente na unidade autuante, projeto técnico contendo, além da atividade e da metodologia, um cronograma de execução e memorial de custos/gastos, indicando de que forma pretende realizar a conversão do valor residual de R\$ 10.260,00 (dez mil duzentos e sessenta reais). O projeto deve estar voltado para realização de atividade que diretamente traga benefícios ao meio ambiente. Após a apresentação do projeto, o autuado deverá aguardar nova intimação informando acerca do deferimento ou indeferimento do projeto. Caso o autuado não apresente o projeto, ou caso o projeto reste indeferido, ou ainda caso não assine o Termo de Compromisso, será emitido Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais (DARE), no valor integral da multa aplicada, qual seja, R\$ 17.100,00 (dezesete mil e cem reais), que se não recolhida, terá seus valores inscritos em dívida ativa para com o Estado. Por fim, quanto aos bens, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data desta publicação para que o administrado comprove sua entrega junto ao 15º Batalhão de Polícia Militar de Caçador, conforme decisão de primeira instância. Caso a madeira tenha sido objeto de decisão judicial, deverá o autuado, no mesmo prazo comprovar o destino dado. Não sendo comprovada a doação, ajuizar-se-á Ação de Obrigação de Fazer nos termos do artigo 247 da Lei Federal 10.406/2002 (Código Civil). Canoinhas - SC, 12 de janeiro de 2024.
JARDEL DA SILVA
Autoridade Ambiental Fiscalizadora.

Cod. Mat.: 987447

Processo: 21200202376344. Interessado (a): Izabel Salvador. CPF: 006.431.xxx-xx. Auto de Infração: 59006-A. Com base nos artigos 107, § único, e 108 da Portaria Conjunta IMA/CPMA nº 143/19, fica o administrado intimado da abertura de prazo de 10 (dez) dias para apresentação das alegações finais, a contar da data da publicação. Ruy Florêncio Teixeira Junior
Autoridade Ambiental Fiscalizadora

Cod. Mat.: 987415

Processo: 21200.2010.17356. Interessado (a): Antônio Marcos Silveira. CPF: 898.624.xxx-xx. Auto de Infração: 16043-A. ATIVIDADE: Transporte, fabricação e armazenamento de palmito nativo sem conserva sem autorização do órgão competente. Voto do Relator CONSEMA: A razão do direito no processo, considero que ANTONIO MARCOS SILVEIRA, merece ser assistida pela clareza na apuração dos fatos, pela simplicidade, apresentados na sua defesa. Diante disso, voto no sentido de reconhecer a prescrição do Processo Administrativo por decorrência de mais de cinco anos da lavratura do auto de infração. Florianópolis - SC, 18 de setembro de 2018. Ives Luiz Lopes
Relator do CONSEMA

Cod. Mat.: 987416

Processo: 21200202374646. Interessado (a): Marcos Paulo Jacobi. CPF: 889.954.XXX-XX. Auto de Infração: 52196-A. ATIVIDADE: transporte de espécimes provenientes da pesca proibida. DECISÃO: Pelo exposto a Autoridade Ambiental decidiu aplicar a sanção de advertência por ter sido comprovada, através do presente processo administrativo, a infração administrativa ambiental prevista no artigo 35, inciso III, do Decreto Federal nº 6.514/08. Joinville - SC, 16 de novembro de 2023.
Ruy Florêncio Teixeira Junior
Autoridade Ambiental Fiscalizadora

Processo: 21200202377328. Interessado (a): André Daniel Rodrigues. CPF: 120.210.XXX-XX. Auto de Infração: 11557-E. ATIVIDADE: pesca sem registro do órgão competente. DECISÃO: Pelo exposto

a Autoridade Ambiental decidiu aplicar a sanção de advertência por ter sido comprovada, através do presente processo administrativo, a infração administrativa ambiental prevista no artigo 37 do Decreto Federal nº 6.514/08. Joinville - SC, 05 de março de 2024.
Charles Wilson de Souza
Autoridade Ambiental Fiscalizadora

Cod. Mat.: 987417

Extrato nº. 305 Termo de Compromisso Ambiental – 2ªCIA/1º BPMA – Joinville, vinculado ao Processo nº 21200202478706, celebrado entre a Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina e Elias de Souza Barboza, CPF: 529.XXX.XXX-20, em 01/04/2024, tendo por objeto a adoção de medidas específicas para fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental, na modalidade Suspensão da Exigibilidade da multa, nas seguintes condições: Correção de área degradada em Bioma Mata Atlântica, totalizando 0.0075 hectares, mediante execução de projeto técnico. Vigência: 36 meses.

Extrato nº. 306 Termo de Compromisso Ambiental – 2ªCIA/1º BPMA – Joinville, vinculado ao Processo nº 21200202478683, celebrado entre a Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina e Ramon Paiva Klug, CPF: 003.XXX.XXX-98, em 01/04/2024, tendo por objeto a adoção de medidas específicas para fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental, na modalidade Suspensão da Exigibilidade da multa, nas seguintes condições: Correção de área degradada em Bioma Mata Atlântica, totalizando 0.0075 hectares, mediante execução de projeto técnico. Vigência: 36 meses.

Extrato nº. 321 Termo de Compromisso Ambiental – 2ªCIA/1º BPMA – Joinville, vinculado ao Processo nº 21200202270155, celebrado entre a Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina e Ismael Tubaroski, CPF: 576.XXX.XXX-59, em 18/04/2024, tendo por objeto a adoção de medidas específicas para fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental, na modalidade Suspensão da Exigibilidade da multa, nas seguintes condições: Recuperação de área degradada em Bioma Mata Atlântica, totalizando 0.33 hectares. Vigência: 36 meses.

Cod. Mat.: 987418

Extrato nº 180 - 2ªCIA/1º BPMA – Joinville do Termo de Embargo nº 15786-E, Auto de Infração Ambiental nº 12615-E, aplicado em 22/03/2024, situado no município de Itapoá, no (a) área não titulada sob posse direta, abrangendo 0,0143ha (zero vírgula zero cento e quarenta e três hectares), dentro de área de preservação permanente, parcela(s) na(s) coordenada(s) UTM SIRGAS 2000 (Pt01 741414 | 7104115;), Processo GAIA 21200202479703 podendo ser acompanhado seu estágio através do Processo SGPe PMSC 00019770/2024.

Extrato nº 181 - 2ªCIA/1º BPMA – Joinville do Termo de Embargo nº 42556-A, Auto de Infração Ambiental nº 59025-A, aplicado em 02/04/2024, situado no município de São Bento Do Sul, no (a) área titulada não registrada, abrangendo 0,0112ha (zero vírgula zero cento e doze hectares), fora de área de preservação permanente, parcela(s) na(s) coordenada(s) UTM SIRGAS 2000 (Pt01 663283 | 7097407;), Processo GAIA 21200202479910 podendo ser acompanhado seu estágio através do Processo SGPe PMSC 00021780/2024.

Cod. Mat.: 987419

Polícia Civil

PORTARIA Nº 931/GAB/DGPC/PCSC, de 19/04/2024.
A Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, por seu Delegado-Geral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições legais, resolve **SUBSTITUIR** a Delegada de Polícia de Entrância Especial, **Alina Zimmermann Largura**, matrícula nº 308.120-6, pela Delegada de Polícia de Entrância Final **Ana Silvia Serrano**, matrícula nº 378477-0-03, para prosseguir como Vogal no **Processo Disciplinar nº 16/2023**, instaurada pela Portaria nº 342/GAB/DGPC/PCSC, de 12/06/2023, publicada no DOE nº 22.038, de 14/06/2023.
Ulisses Gabriel
Delegado-Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 987400

PORTARIA Nº 061/DIAF/DGPC/PCSC, de 19/04/2024
A COORDENADORA-ADJUNTA DO FUNDO DE MELHORIA DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições, conforme dispõe a Portaria nº 260/GAB/DGPC/PCSC de 01/01/2023, publicada no DOE/SC nº 21.945 de 23.01.2023, combinado com o disposto nos arts. 116 a 119 da Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019, e art. 9º, IV, do Decreto Estadual nº 348, de 13 de novembro de 2019, resolve **DESIGNAR** o Escrivão de Polícia **IVANDRO DE LIMA**, matrícula nº 0974246-8-01, como fiscal da Autorização de Fornecimento nº 094/CPLD-GOP/2024, PCSC 24219/2024.
ANNA PAULA DE MACEDO MOTA
Coordenadora-Adjunta do Fundo de Melhoria da Polícia Civil
Cod. Mat.: 987343

1. **PORTARIA nº 206/GAB/CORPC/PCSC, de 18/04/2024.**
 2. A Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, por seu Corregedor-Geral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições legais, resolve **PRORROGAR** por mais 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão da **Sindicância Acusatória nº 49/2023**, na qual é sindicado o servidor de matrícula nº 980.823-0 mandada instaurar pela Portaria nº 742/PCSC/DGPC/CORPC, de 17/11/2023, publicada no D.O.E. nº 22.147 de 21/11/2023, com efeitos a contar do dia 19/04/2024.
 3. **Alessandro de Sousa Isoppo**
 4. Corregedor-Geral da Polícia Civil
- Cod. Mat.: 987329

EXTRATO DA DECISÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR – PCSC 00103342/2022
A Polícia Civil de Santa Catarina/Fundo de Melhoria da Polícia Civil, inscrita no CNPJ sob nº 07.188.579/0001-07, considerando o disposto nos autos do Processo PCSC **00103342/2022**, onde figura como contratada **ZOOM COMERCIAL EIRELI**, CNPJ **39.518.890/0001-63**, com fundamento no art. 7º da Lei 10.520/02; art. 110, I do Regulamento Geral para Contratação de Materiais, Serviços, Obras e Serviços de Engenharia, no âmbito do Sistema Administrativo de Gestão de Materiais e Serviços – SAGMS, aprovado pelo Decreto nº 2.617, de 16 de setembro de 2009; Edital de Pregão Eletrônico nº 092/2022, Item 22 - DAS SANÇÕES, 22.1, subitem II - Multa, "a" 0,33% por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução do serviço, calculado sobre o valor corresponde a parte inadimplente, até o limite de 9,9%; e na observância da Orientação Técnica nº 004/2010 da Secretaria de Estado da Fazenda, **DECIDE** pela aplicação de multa no valor de **R\$ 2589,76**, em razão de 16 (dezesesseis) dias de atraso.
Florianópolis, 19abr2024.
Gustavo Oliveira Altemar
Delegado de Polícia Diretor
Diretoria de Administração e Finanças
Coordenadoria do Fundo de Melhoria da Polícia Civil
Cod. Mat.: 987330

EXTRATO DA DECISÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR – PCSC 00093549/2023
A Polícia Civil de Santa Catarina/Fundo de Melhoria da Polícia Civil, inscrita no CNPJ sob nº 07.188.579/0001-07, considerando o disposto nos autos do Processo PCSC **00093549/2023**, onde figura como contratada **R&L COMERCIAL LTDA**, CNPJ **48.496.674/0001-55**, com fundamento no art. 7º da Lei 10.520/02; art. 110, I do Regulamento Geral para Contratação de Materiais, Serviços, Obras e Serviços de Engenharia, no âmbito do Sistema Administrativo de Gestão de Materiais e Serviços – SAGMS, aprovado pelo Decreto nº 2.617, de 16 de setembro de 2009; Edital de Pregão Eletrônico nº 082/2023, Item 22 - DAS SANÇÕES, 22.1, subitem II - Multa, "a" 0,33% por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução do serviço, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9%; e na observância da Orientação Técnica nº 004/2010 da Secretaria de Estado da Fazenda, **DECIDE** pela aplicação de multa no valor de **R\$ 1014,50**, em razão da entrega do objeto da Autorização de Fornecimento nº 204/2023 com 10 (dez) dias de atraso. Diante da diligência infrutífera em notificá-lo pessoalmente, fica a contratada **NOTIFICADA SOBRE A INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA**.
Florianópolis, 16abr2024.
Gustavo Oliveira Altemar
Delegado de Polícia Diretor
Diretoria de Administração e Finanças
Coordenadoria do Fundo de Melhoria da Polícia Civil
Cod. Mat.: 987302

Polícia Científica

PORTARIA Nº011/PCI/COGER, de 19/04/2024.
A Polícia Científica, por seu Corregedor-Geral, no uso de suas atribuições legais, resolve PRORROGAR por mais 30(trinta)dias o prazo para a conclusão da Sindicância Acusatória nº004/2023,no qual é acusado o servidor de matrícula nº 0623764-9-01, mandada instaurar pela P- 058/PCI/COGER, de 29/11/2023, com efeitos a contar de 22/04/2024.

PORTARIA Nº012/PCI/COGER, de 19/04/2024.
A Polícia Científica, por seu Corregedor-Geral, no uso de suas atribuições legais, resolve PRORROGAR por mais 30(trinta)dias o prazo para a conclusão da Sindicância Acusatória nº 005/2023, no qual é acusado o servidor de matrícula nº 386552-5-02, mandada instaurar pela P-N 0001/PCI/COGER, de 03/01/2024, com efeitos a contar de 22/04/2024.
FLÁVIO DIAZ DE ALMEIDA
Corregedor-Geral da Polícia Científica

PORTARIA Nº013/PCI/COGER, de 19/04/2024.
A Polícia Científica, por sua Perita-Geral, no uso de suas atribuições legais, resolve PRORROGAR por mais 60 (sessenta) dias